

Seminário do BNDES: gargalos comprometem o desenvolvimento da Cadeia Produtiva

O deputado federal Vanderlei Siraque (PT/SP), presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Competitividade da Cadeia Produtiva do Setor Químico, Petroquímico e Plástico do Brasil, participou na tarde de terça-feira passada (16/09) do 5º Seminário do Estudo “Oportunidades de Diversificação da Indústria Química Brasileira”, na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), patrocinador do trabalho, no Rio de Janeiro (RJ). Nesta rodada, a série avançou na identificação dos gargalos da Cadeia Produtiva.

O evento teve a presença de representantes da indústria, de entidades do setor, acadêmicos, empresários, técnicos governamentais, parlamentares do âmbito federal e estadual. O Estudo, realizado pelo consórcio Bain Company/ Gas Energy, integra desde 2012 o Plano Brasil Maior, que tem por objetivo defender e tornar mais competitiva a indústria brasileira diante do mercado internacional.

Foram apresentadas as conclusões sobre as análises dos diversos segmentos da indústria, listando as políticas públicas de desenvolvimento, análises econômico-financeiras das oportunidades identificadas e os possíveis modelos de negócios para a sua concretização. As conclusões tiveram como alicerce o resultado de pesquisa realizada com participantes da indústria para identificar os principais desafios à competitividade local e direcionar a definição dos temas de política a serem avaliados.

“A indústria química é um dos principais vetores do desenvolvimento das economias desenvolvidas, e precisa de planejamento no médio e longo prazo para seu desenvolvimento”, disse Siraque. Segundo ele, por essa razão, políticas públicas para o setor são fundamentais para sua estruturação. “Essas políticas devem considerar os cenários no médio e longo prazo e devem ser implantadas para incentivar um ciclo de crescimento baseado em fatores de competitividade de produção do país que atraíam investimentos”, explicou.

Siraque lembra que os países com a indústria química desenvolvida como Alemanha, China, EUA, Coreia do Sul e Japão foram beneficiados por políticas públicas no passado para fomentar o seu crescimento. “O auxílio governamental garantiu os fatores de produção críticos, como disponibilidade de matéria-prima, investimentos em infraestrutura e ambiente regulatório adequado”, disse o parlamentar.

O ambiente regulatório foi um dos fatores apresentados como um entrave relevante à competitividade. Foram identificados três pontos cujo funcionamento prejudica a competitividade: excessiva burocracia e lentidão para obter registros de comercialização - que afetam a produção, a exportação e a importação em alguns segmentos; deficiências na regulamentação de alguns setores da economia, limitando o



desenvolvimento do mercado interno para determinados produtos como fibra de carbono, silicone e poliuretano; entraves à exploração do potencial da biodiversidade, uma clara vantagem competitiva do País em setores como: Cosméticos e Fragrâncias, Sabores e Aromas.

Para Siraque, é preciso buscar soluções efetivas para reduzir a burocracia dos órgãos de fiscalização e regulação na análise de processos que envolvem produtos industriais. Ele

cita como exemplo os longos tramites dentro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Na avaliação dele, a Agência ganharia maior agilidade com a simplificação dos processos. O parlamentar sugere: “a modificação de rótulos, a gestão da fila de espera - a partir da escolha das prioridades; a utilização da regra do país de destino em caso de exposições; e o uso das regras brasileiras em caso de importações”.

Custo Brasil - A infraestrutura apresentou a menor nota entre os fatores de produção abordados, representando, portanto, o principal entrave à competitividade da indústria química local, segundo os participantes da pesquisa. Dentre as deficiências enumeradas, as mais frequentes referiam-se à logística de movimentação de materiais e produtos, concentrando-se nos seguintes temas: excessiva dependência do modal rodoviário e baixa eficiência e alto custo da navegação de cabotagem e operações portuárias.

Na pesquisa, alguns dos entrevistados também chamaram atenção para o esvaziamento de diversas cadeias químicas e para a concentração de mercado em poucos fornecedores como um dos motivos para a baixa competitividade da matéria-prima local em vários segmentos da indústria. Entretanto, a expectativa do aumento da disponibilidade de petróleo e gás do pré-sal, poderá resolver a lacuna de disponibilidade de matéria-prima para importantes cadeias químicas em um futuro próximo.

Teia fiscal e tributária - Os relatórios dos segmentos indicam a necessidade de políticas fiscais que incentivem o investimento. A desoneração das matérias-primas e dos investimentos é uma questão recorrente na indústria, sendo que para a matéria-prima petroquímica está estabelecida a desoneração até 2018. Além disso, em muitos segmentos foi citada a necessidade de garantir a isonomia fiscal para os produtos da indústria química local e do exterior, assim como uma maior competitividade da indústria nacional por meio de medidas de incentivo, como benefícios fiscais e proteções à produção local.

Apesar da pesquisa não abordar diretamente os desafios tributários, os respondentes comentam a complexidade fiscal e a alta carga tributária como entraves relevantes ao investimento local. Existe a necessidade da discussão da unificação dos tributos sobre o valor agregado com regras claras e um fundo de compensação para as unidades da federação.

Déficit comercial em produtos químicos soma US\$ 31,2 bilhões em 12 meses

O Brasil importou US\$ 4,3 bilhões em produtos químicos em agosto passado. O valor representa uma retração de 1,2% em relação a julho deste ano e de 2,8% na comparação com agosto de 2013. Em termos de volumes importados, a redução foi mais significativa, de 5,3% em relação a julho e de 1,2% na comparação com agosto de 2013. Já as exportações, de US\$ 1,2 bilhão em agosto, registraram queda de 19% na comparação com julho, mas um aumento de 3,4% em relação ao mesmo mês de 2013.

No acumulado do ano, as compras externas de produtos químicos somam mais de US\$ 29,8 bilhões, redução de 2,3% frente ao mesmo período de 2013. O volume de importações de 25,6 milhões de toneladas, entretanto, é 6,4% maior, na mesma comparação. As exportações, por sua vez, alcançaram US\$ 9,5 bilhões, valor praticamente estável em relação ao registrado entre janeiro e agosto de 2013 (aumento de apenas 0,6%). O déficit na balança comercial de produtos químicos, até agosto, chegou a US\$ 20,3 bilhões, valor 3,6% inferior ao registrado em igual período de 2013. Nos últimos 12 meses (setembro de 2013 a agosto deste ano), o déficit comercial atingiu a marca de US\$ 31,2 bilhões, redução de 2,5% em relação ao déficit de US\$ 32,0 bilhões em 2013.

Para a diretora de Assuntos de Comércio Exterior da Abiquim, Denise Naranjo, as simplificações no uso do regime aduaneiro especial de drawback recentemente implementadas pelas Secretarias de Comércio Exterior (Secex) e da Receita Federal do Brasil (RFB), em que se destaca a eliminação da obrigação de controles segregados de estoques físicos de matérias-primas por empresas beneficiárias de atos concessórios na



Denise Mazzaro Naranjo, diretora de Comércio Exterior da Abiquim, modalidade suspensão, deverão colaborar para redução do grave déficit comercial brasileiro em produtos químicos. “O conjunto de medidas de simplificação do uso do drawback é realmente um avanço que deve ser comemorado por todos, particularmente em um momento tão delicado de redução do nível da atividade industrial. Esperamos que o Governo continue empenhado em facilitar as exportações, mantendo o excelente diálogo com o setor privado, que tem pautado as recentes melhorias normativas, em prol do fortalecimento da competitividade da indústria nacional” destaca Denise. (Com informações da Ascom Abiquim)

Reintegra terá alíquota única de 3% em 2015

O governo federal estabeleceu em 3% a alíquota em 2015 para todas as empresas beneficiadas pelo regime que devolve aos exportadores de produtos manufaturados um percentual da receita com as vendas externas e os compensa por tributos indiretos, anunciou na segunda-feira (15/09) o ministro da Fazenda, Guido Mantega, em reunião com empresários, em São Paulo (CNI). “Nós definimos que para o ano de 2015 a alíquota de crédito será de três por cento sobre o valor faturado pela empresa nas exportações do setor manufatureiro, porque o setor de commodities vai muito bem e não precisa desse crédito”, disse Mantega a jornalistas após a reunião. “A todo o setor da indústria manufatureira foi facultado esse crédito que vai baratear o custo da empresa”, acrescentou o ministro, sem detalhar o impacto fiscal da medida. Quando anunciou em junho que o Reintegra se tornaria permanente, o governo disse que as alíquotas anuais seriam definidas a cada ano, variando entre 0,1 e 3 por cento da receita com exportações.

Em outra medida, Mantega disse que o governo decidiu estender para todas as multinacionais brasileiras um crédito



O ministro Guido Mantega fala sobre as novas medidas

presumido de 9% no imposto devido sobre o lucro obtido no exterior, o que na prática reduz a tributação dos ganhos. Até então, o benefício valia apenas para multinacionais brasileiras nos setores de bebidas, alimentos, construção e obras de infraestrutura.

Última chamada: inscrição termina dia 30

O prazo para as inscrições de projetos no prêmio Kurt Politzer de Tecnologia deste ano terminam no dia 30 de setembro próximo. O objetivo da premiação é estimular a pesquisa e a inovação na área química no Brasil, reconhecendo projetos que demonstrem a inventividade e a criatividade de empresas e pesquisadores, nas categorias Empresa e Pesquisador. A cerimônia de premiação será realizada no Encontro Anual da Indústria Química (Enaiq 2014), que será realizado no dia 5 de dezembro, no hotel Grand Hyatt, em São Paulo (SP). Inscrições e mais informações podem ser obtidas em: <http://www.abiquim.org.br/abiquim/premio-kurt-poltzer-de-tecnologia/apresentacao>

